

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A REFORMA TRABALHISTA NO CENÁRIO DA RECONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO

Diogo Márcio Gonçalves dos Santos¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em refletir como a reforma trabalhista se configura como instrumento da ofensiva do capital sobre o trabalho no contexto da crise estrutural. Para o percurso metodológico foi adotado a abordagem qualitativa e a pesquisa exploratória para subsidiar as estratégias para execução da pesquisa bibliográfica, na qual foi possível identificar referenciais que tratam sobre “trabalho”, “acumulação capitalista”, “crise estrutural” e/ou “reforma trabalhista. A sociedade capitalista se reestruturou para atuar sobre os efeitos da crise estrutural no processo de acumulação. A reforma dos direitos trabalhistas foi um dos principais mecanismos adotados na ofensiva empreendida contra o trabalho, que, no contexto brasileiro, ocorreu de forma tardia quando comparado aos outros países da pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho, mas que ainda assim impôs perdas significativas para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Acumulação capitalista; Crise estrutural; Reforma trabalhista.

ABSTRACT

The objective of this work is to reflect on how the labor reform is configured as an instrument of capital's offensive on labor in the context of the structural crisis. For the methodological path, a qualitative approach and exploratory research were adopted to support the strategies for carrying out the bibliographical research, in which it was possible to identify references that deal with “work”, “capitalist accumulation”, “structural crisis” and/or “reform”. labor. Capitalist society was restructured to act on the effects of the structural crisis on the accumulation process. The reform of labor rights was one of the main mechanisms adopted in the offensive undertaken against work, which, in the Brazilian context, occurred late when compared to other countries in the survey carried out by the International Labor Organization, but which still imposed significant losses for the working class.

Keywords: Capitalist accumulation; Structural crisis; Labor reform.

¹ Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Especialista em Gestão em Saúde pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e graduado em Serviço Social pela UFAL; diogomarcio.dm@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A ofensiva do capital contra o trabalho se constitui como uma estratégia que perpassa diferentes contexto desta sociabilidade. Contudo, em cada momento da história foram utilizados diferentes mecanismos para adequar as necessidades do estabelecimento da ordem social compatível com o processo de acumulação.

Na contemporaneidade, o pilar da ofensiva do capital contra o trabalho articula a reestruturação produtiva com o estabelecimento do Estado mínimo para a classe trabalhadora e máximo para a burguesia, retirando os direitos trabalhistas e sociais adquiridos no contexto da intervenção estatal e combatendo a luta coletiva dos trabalhadores.

A Reforma Trabalhista se constitui como a principal medida proposta pela burguesia contra os trabalhadores no contexto brasileiro, adequando, assim, a gestão da força de trabalho às demandas do sistema capitalista no período da crise estrutural.

O debate sobre esta temática retomou as discussões da esfera pública em decorrência das expectativas sobre as ações que serão tomadas pelo atual presidente da República. Sendo assim, espera-se que este artigo contribua para o debate subsidiando reflexões importantes para os profissionais da área de Serviço Social e outros interessados por essa.

2 O MOVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA

A acumulação de riqueza no sistema capitalista proporcionou uma polarização que, de um lado, contribuiu para o crescimento da riqueza social ao passo que, do outro lado, ampliou o crescimento da pobreza. A questão social se originou nesse processo, adquirindo novas expressões e dimensões a partir do desenvolvimento e das mudanças dessa forma de sociabilidade (NETTO; BRAZ, 2011).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A dinâmica contraditória desse modo de produção converge para o estabelecimento de crise durante cada ciclo econômico, cujo fundamento encontra-se na socialização da produção e na apropriação privada daquilo que foi produzido. A classe trabalhadora vivencia os principais impactos da crise, mas os pequenos e os médios capitalistas também são afetados, através da falência e da quebra de suas instituições. A depender do nível da crise, alguns dos grandes capitalistas podem ser onerados, mas outros obtêm vantagens ao ponto de concentrar e centralizar seu capital (NETTO; BRAZ, 2011).

As respostas adotadas para solucionar as crises cíclicas propiciaram transformações no sistema sem que mudasse sua essência, porque “o próprio mecanismo do processo de produção capitalista remove, assim, os empecilhos que ele cria transitoriamente” (MARX, 2017, p. 696).

Contudo, o caráter da crise que compõe o ciclo econômico foi alterado mediante a crise da década de 1970, pois apresenta características diferentes daquelas que ocorreram nos períodos anteriores do modo de produção capitalista.

Segundo Mészáros (2011), a crise contemporânea, que será denominada de crise estrutural, apresenta quatro características fundamentais e distintas das anteriores, pois: (1º) seu caráter é universal, não ocorrendo em uma esfera particular; (2º) seu alcance é global, pois não atingiu um conjunto determinado de países; (3º) sua escala de tempo é contínua e permanente, contrapondo-se ao fato daquelas serem limitadas e cíclicas; e, (4º) seu modo de se desdobrar é rastejante.

A crise estrutural afeta diretamente as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – e não fica delimitada na esfera socioeconômica, em razão dela se constituir como uma crise de dominação em geral que “não apenas tende a romper o processo normal de crescimento mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 799).

As respostas propostas para solucionar a crise estrutural são estratégias superficiais, mediante o trinômio – ofensiva contra o trabalho e suas formas de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



organização e lutas; reestruturação produtiva; e, contrarreforma do Estado – para atuar no aspecto fenomênico e preservar as determinações fundamentais deste sistema (ANTUNES, 2009; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

3 A REFORMA TRABALHISTA COMO SOLUÇÃO PARA CRISE ?

As medidas em respostas a crise estrutural começaram a ser adotadas, no contexto brasileiro, a partir da década de 1990 e perpassa todos os governos da Nova República, sob formas diferenciadas. Nesse cenário, a burguesia brasileira foi capaz de elaborar uma concepção da realidade mediante “um novo conformismo social, em que os atuais interesses privados da classe dominante devem tornar-se genéricos e universais, via saída conjunta da crise” (MOTTA, 2015, p. 121).

Em outras palavras, o projeto consistia em articular o atendimento das necessidades do capital com o consentimento da classe trabalhadora, sem que tenha resistência por parte desses para que a burguesia possa dominar e dirigir os rumos do Brasil (MOTTA, 2015), através de reformas e modernizações que operam “*respostas articuladas do capital a atual face da crise e uma ofensiva contra o trabalho*” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 193, grifos do autores).

O discurso se configurou como uma das principais estratégias para propagação deste projeto. Ao tratar sobre flexibilização das relações de trabalho, Behring (2008) destaca o posicionamento do Fernando Bezerra (presidente da Confederação Nacional da Indústria e senador) e do Dr. Ney Pereira (magistrado e membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho) para Folha de São Paulo, no qual eles propõem alterações nos dispositivos legais que tratam sobre o direito trabalhista. Pode-se destacar a fala Prado, pois ele considera que

a verdadeira reforma teria que passar pelo desregulamentação do artigo 7º da Constituição, que se tornou um minicódigo do trabalho, demasiadamente prolixo e detalhista, um exagero de normatividade que elenca 34 incisos, dispondo sobre despedida arbitrária, seguro-desemprego, FGTS, salário mínimo, piso salarial, irredutibilidade de salário e sua garantia, décimo-terceiro, remuneração do trabalho noturno etc (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001 apud BEHRING, 2008, p. 220).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As alterações empreendidas nos dispositivos legais do ordenamento sobre o direito trabalhista não foram o suficiente porque, para Marques e Uginò (2017), a liberdade do capital encontrava-se plena na esfera da circulação e da produção, mas no âmbito da gestão da força de trabalho² não estava adequado aos interesses da reprodução do capitalismo globalizado e financeiro. Com isso, a Consolidação das Leis Trabalhistas passou a ser considerada como um empecilho para integração econômica do Brasil ao mercado internacional.

As condições objetivas para realização desse processo só foi possível em uma situação particular, na qual os trabalhadores estavam em um cenário desfavorável, dado o nível elevado de desemprego, e os setores progressistas encontravam-se relativamente acuados, em decorrência do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), que possibilitou avançar demandas mais retrógradas do capital financeiro internacional (MARQUES; UGINO, 2017).

A Reforma Trabalhista foi apresentada através do Projeto de Lei nº 6.787/2016 por Michel Temer (MDB) ao Congresso Nacional, passando de dezembro de 2016 a julho de 2017 para tramitar nos dois poderes até ser sancionada pelo presidente.

Na Câmara dos deputados, o presidente deste parlamento, Rodrigo Maia (DEM/RJ), naquele período solicitou a formação de uma Comissão Especial, que tiveram como presidente, vice-presidente e relator os seguintes deputados, respectivamente, Daniel Vilela (PMDB/GO), Antonio Goulart (PSD/SP) e Rogério Marinho (PSDB/RN). As audiências públicas para tratar dessa matéria ocorreram entre 14 de fevereiro de 2017 a 06 de abril de 2017 (SANTOS, 2022) e os argumentos utilizados para defender essa proposta durante esse período podem ser observados no quadro a seguir. Em 26 de abril de 2017, ocorreu aprovação “com algumas pequenas mudanças, passando para 106 o número de artigos alterados, suprimidos e/ou incluídos no texto celetista” (ALMEIDA, 2020, p. 31).

² Houve reforma trabalhista em 111 países (do norte e sul global) entre os anos de 2008 a 2014 (ADASCALITEI; MORANO, 2015 apud ALMEIDA, 2020). Os números demonstram uma tendência de um processo ofensivo contra o trabalho, no qual o Brasil realizou tardiamente.

PROMOÇÃO



APOIO



QUADRO 1 – Argumentos utilizados pelo relator, da Comissão Especial, Rogério Marinho (PSDB, RN) para legitimar a defesa da Reforma Trabalhista.

DIMENSÃO IDEO-POLÍTICA	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA
<ul style="list-style-type: none"> • O caráter democrático e participativo da discussão sobre o projeto da Reforma Trabalhista em oposição ao contexto e a forma como foi construída a CLT no governo de Getúlio Vargas; • Os fundamentos para elaboração da CLT que articulam o documento no regime fascista de Benito Mussolini (<i>Carta del Lavoro</i>) com inspirações de ideias de Vladimir Lenin, Karl Marx e Friedrich Engel; • A adoção de medidas semelhantes por governos de esquerda, a exemplo da Dilma Rousseff com a Medida Provisória nº 680/2015 e as alterações na legislação trabalhista implementadas pelo presidente francês François Hollande, do partido socialista; • O questionamento do Estado intervencionista; • Os problemas instaurados pelo sindicalismo brasileiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • O período que a CLT foi instituída se diferencia no contexto contemporâneo, pois o setor econômico predominante e as relações trabalhistas são diferentes; • O impacto da judicialização dos processos e a insegurança jurídica para empresas; • A situação de crise requer respostas imediatas, a fim de evitar problemas no futuro e para as próximas gerações; • A criação de novos empregos; • A solução para o desemprego; • A negação da retirada de direitos e da precarização do trabalho.

Fonte: Santos (no prelo)

No Senado Federal, a proposta chegou em 28 de abril de 2017 e foi integralmente aprovada, com problemas técnicos e inconstitucionais, em 11 de julho de 2017, porque os senadores abriram mão de exercer sua função quando o Presidente da República “enviou uma carta à casa se comprometendo a vetar os pontos mais polêmicos e editar uma medida provisória³ com os ‘ajustes’ sugeridos pelos senadores” (ALMEIDA, 2020, p. 31).

A Lei nº 13.467/2017, comumente conhecida como Reforma Trabalhista, alterou substancialmente o sistema de regulação social e de proteção do trabalho. Os principais impactos dessa medida ocasionaram: o estabelecimento de formas de contratação mais precarizadas e atípicas; a ampliação da flexibilização da jornada de trabalho; o rebaixamento da remuneração; o agravamento do adoecimento no

³ Medida Provisória nº 808, de 2017.



trabalho, em decorrência das modificações das normas de saúde e segurança do trabalho; a fragilização da luta sindical e da negociação coletiva; e, a limitação no acesso do sistema judiciário, fortalecendo os mecanismos privados de conciliação (GALVÃO et al., 2017b).

De acordo com o levantamento realizado por Alessandro da Silva (MUNHOZ; LISBOA, 2018 apud ALMEIDA, 2020) acerca dos 106 artigos que foram modificados e/ou alterados pela Reforma Trabalhista, o empresariado foram os principais beneficiados com esse dispositivo, pois tiveram 65,09% (n= 69) de modificações e/ou alterações que lhe favoreciam; os trabalhadores foram beneficiado em, apenas, 3,77% (n= 4); e, os demais artigos analisados seriam neutros (n= 33).

As propostas dessa medida podem ser encontradas em documentos de diferentes entidades patronais⁴ e no projeto governamental elaborado pelo MDB, denominado de “Uma ponte para o futuro” (GALVÃO et al., 2017A), o qual foi amplamente executado com a chegada do Michel Temer (MDB) ao poder.

Os veículos de comunicação se estruturam para defender essa pauta, inclusive com o discurso igual ou semelhante aqueles que foram apresentados no Quadro 1, para reforçar o controle social. Afinal,

[...] era a reforma ou o desemprego. A reforma ou a perda do salário. A reforma ou o aprofundamento da crise. A reforma ou o caos social. A reforma se tornou a única solução possível para os trabalhadores, e seus princípios os únicos a serem incorporados. A classe trabalhadora se viu cercada pela mensagem de que o apoio à reforma era imprescindível, e tornou esse apoio real (XAVIER, 2020, p. 125)

Perante o exposto, pode-se identificar que a articulação de diferentes setores da classe dominante, como aponta Motta (2015), continua a exercer influência nos rumos do Brasil, reforçando a narrativa da importância da Reforma Trabalhista e do seu legado. O projeto da burguesia nacional não satisfeito, continuo golpeando a

⁴ As entidades patronais que integraram esse processo foram: Confederação Nacional do Transporte -CNT, Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, Confederação Nacional da Indústria - CNI, Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística - NTC&Logística, Confederação Nacional da Indústria – CNI e Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil – CNA (CHAVES et al., 2017; Galvão et al., 2017).

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



legislação trabalhista (e social) sob a justificativa de corrigir os erros e aperfeiçoar essa proposta.

4 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com a Reforma Trabalhista foram totalmente diferentes daqueles argumentos por seus defensores, visto que as medidas adotadas para o enfrentamento da crise estrutural não conseguiram propiciar a acumulação igual ou superior dos anos gloriosos do capitalismo e contribuem para o agravamento das condições de vida e da saúde da classe trabalhadora.

Diante da eleição de um governo alinhado à esquerda e com projeto social-(neo)desenvolvimentista, a burguesia articulou-se com todos os seus complexos sociais de hegemonia para minimizar possíveis avanços favoráveis à retomada do sistema de proteção trabalhista. Um dos resultados dessa ofensiva constitui na modificação da atuação do poder executivo em relação a Reforma Trabalhista, ou seja, converte-se o processo de revogação para “adequar” as necessidades da realidade atual.

Portanto, a defesa de um sistema de proteção trabalhista requer a retomada das lutas coletivas direcionadas por um projeto político que supere as revogações e os reformismos políticos. Esse desafio precisa se alinhar com a necessidade de analisar outras medidas que foram propostas de contrarreforma e como elas se apresentaram para a classe trabalhadora, a exemplo das recomendações contidas no relatório elaborado pelo Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET) durante o governo de Jair Bolsonaro, a fim de direcionar estratégias de enfrentamento contra essa ofensiva contra o trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. E. Aspectos econômicos e sociais da Reforma Trabalhista: suas causas e possíveis consequências. In: CALVETE, C. S.; HORN, C. H. (orgs). **A**

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

quarta revolução industrial e a reforma trabalhista: impactos nas relações de trabalho no Brasil. Porto Alegre: CirKula, 2020, p. 19-43.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CHAVES, R. et al. Lobistas de bancos, indústrias e transportes estão por trás das emendas da Reforma Trabalhista. **The Intercept Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-quem-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>>. Acesso em: 10 abr 2022.

GALVÃO, A. et al. Contra-argumentos à desconstrução dos direitos trabalhistas. **Carta Social e do Trabalho CESIT**, Campinas, n. 38, p. 19-40, jan./jun. 2017a.

GALVÃO, A. et al. A reforma trabalhista e seus prováveis impactos. **Carta Social e do Trabalho CESIT**, Campinas, n. 38, p. 41-70, jan./jun. 2017b.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política (livro 1) – o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARQUES, R. M.; UGINO, C. K. O Brasil é chamado à ordem. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 8-23, set./dez. 2017

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MOTTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social** 7. ed. 2015: Editora Cortez, 2015.

BRAZ, M.; NETTO, J. P. **Economia política:** uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

SANTOS, D. M. G. Reforma Trabalhista: discurso modernizador e precarização como projeto. **Serviço Social e Realidade**, Franca (SP), no prelo.

XAVIER, M. O. Luta de classes e reforma trabalhista: prospectos da ideologia neoliberal. In: HEINEN, L. R. (org). **Estado e direitos no contexto de neoliberalismo.** Florianópolis: Habitus, 2020, p. 109-132.

PROMOÇÃO

